

VIDA SOCIAL DOS ARTEFATOS DE PALHA:
DESDE A FEIRA LIVRE ÀS OFICINAS DE PRODUÇÃO

Lucas Barreto de Souza (UFRGS/Brasil)

Palavras-chave: artesanato de palha, processos técnicos, agência dos objetos.

Discutimos, em "A Vida dos Artefatos: Arte/artesanato de Palha na Feira de São Joaquim, Salvador, Bahia", dissertação de mestrado, UFBA, 2020, a partir de uma abordagem biográfica, aspectos relacionados à vida social dos produtos/fabricos resultantes do fazer artesanal, em circuito, na etapa de circulação, naquela feira de rua baiana. A palha é um tipo de material de expressão notável nos mais variados espaços da Feira de São Joaquim. É parte constituinte de uma infinidade de objetos com as mais diversas finalidades de uso: diferentes tipos de palha compõem inúmeros produtos à venda ou em uso. Os artefatos de palha, cujas linhas de vida passam por essa feira, estão imersos em constantes processos de interação social, enredados que estão, envolvidos por uma grande teia de relações sociais, nas quais exercem seu poder de agência, influenciam ações humanas (Gell, 1998), ao mesmo tempo em que são receptáculos dos efeitos da ação humana, sendo portanto parte desta rede, em interação com outros/as atores/as em jogo.

O meu intuito atual é promover uma investigação que enfatize a etapa de produção desses artefatos, tomando como local referencial, para observação, a Ilha de Maré, mais especificamente a Praia Grande, nesta ilha, e a Cidade de Palha, micro local nesta praia, para proceder às descrições mais detalhadas da produção do artesanato de palha que encontramos na Feira de São Joaquim, pois parte da produção artesanal com palha que circula naquela feira é oriunda da Ilha de Maré. A proposta é contextualizar o projeto, com um relato sobre a experiência anterior, na Feira de São Joaquim, expondo sobre o destaque dado à palha, enquanto material, e aos objetos produzidos a partir dos seus diferentes tipos (explanando os porquês), e sinalizar intenções e ideias que são parte de um projeto cujo horizonte aponta para a etapa de produção da vida social dos artefatos. Desse modo, dedicar atenção às oficinas, artesãs e artesãos, ao modo de fazer artesanal, e ao(s) modo(s) de vida em Ilha de Maré, Bahia.

Para tanto, pretende-se estudar as relações sociais em torno desse trabalho, observando as condições ambientais, na Ilha e na Baía de Todos os Santos, destacando

influências e interferências do desenvolvimento industrial e turístico na região sobre os modos de vida no local, área que contém cinco territórios quilombolas reconhecidos, cuja população é majoritariamente negra (e que, ao mesmo tempo, comporta o maior percentual de albinos da cidade de Salvador), sobre a qualidade da água e do ar, dos pescados e mariscos - pesca e mariscagem constituem atividades tradicionais de geração de renda e subsistência; e sobre a saúde da população de modo geral.

O Município de Salvador localiza-se na região nordeste do país. Os municípios limítrofes são: Lauro de Freitas, Simões Filho, Candeias, Madre de Deus, Salinas da Margarida, Saubara, Itaparica, Vera Cruz e São Francisco do Conde. O clima é tropical atlântico com temperatura média anual de 25,2°C e umidade relativa do ar é de 80%. Salvador possui algumas ilhas: dos Frades, de Bom Jesus dos Passos e de Maré. Esses territórios integram a Região Administrativa (RA) 18- ilhas. Esta última está situada próximo à Baía de Aratu, integra o território do município, abriga diversas colônias de pescadores e cinco comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares (FCP).

Cercada pelas águas da Baía de Todos os Santos (praticamente em seu centro), está a Ilha de Maré, perto da Baía de Aratu. A ilha integra o território do município de Salvador, abriga colônias de pescadores e cinco comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares (FCP). Problemas estruturais afligem a população local, questões relacionadas a saneamento básico e atendimento à saúde; questões ambientais, como a contaminação da baía por resíduos industriais e esgoto residencial, afetam outras localidades no entorno da Baía de Todos os Santos¹. A proximidade com o Porto de Aratu sujeita estas comunidades, e as cerca de 400 famílias que as habitam, além dos outros habitantes da ilha, aos impactos gerados por acidentes com embarcações de transporte de produtos das indústrias químicas e petrolíferas do Centro Industrial de Aratu (no município de Candeias/BA). A RA-18, da qual faz parte a Ilha de Maré, é a menos populosa (baixa densidade demográfica na área). As famílias quilombolas compõem, principalmente, as comunidades quilombolas de Bananeiras, Martelo, Ponta Grossa, Porto dos Cavalos e Praia Grande. Essas famílias começaram a travar uma batalha em 2004, pela demarcação de seus territórios tradicionais.

¹ Um mapeamento das “formas de resistência das populações afetadas pela ‘necropolítica ambiental’” foi proposto por Zagatto e Souza (2020).

Convém considerar a influência da industrialização no entorno da ilha, e nas imediações da borda continental da Baía de Aratu – há um "conglomerado industrial", na RMS (Região Metropolitana de Salvador): o Pólo Petroquímico de Camaçari, um complexo multissetorial com extensão à Dias D'ávila; o Centro Industrial de Aratu, que ocupa áreas no municípios de Simões Filho e Candeias, com mais de 140 empresas, sendo mais de 120 empresas, no primeiro município, e mais de 20; em que pese a presença massiva de empresas multinacionais, de capital estrangeiro, cuja presença envolve evasão de divisas, malgrado a redução dos indesejáveis índices de desemprego, conformam um cenário em que se necessita ponderar o neo-imperialismo, enquanto “variante” derivada dos processos históricos de colonização e imperialismo, anteriores. Na Ilha de Maré, em uma área de 644,7 hectares; o que não é propriamente a titulação. Seguem denúncias dos problemas de saúde ocasionados pelos rejeitos industriais jogados no mar, na Baía de Todos os Santos, nas proximidades da Ilha de Maré. Em 2010, segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o bairro Ilha de Maré continha 4.236 habitantes, a maior parte se autodeclarou parda (63,15%) e preta (29,84%), do sexo masculino (51,46%) e se encontrava na faixa etária de 20 a 49 anos (45,94%); 0,85% dos responsáveis pelos domicílios não eram alfabetizados, e apesar de 61,2% estarem na faixa de 0 a 1 salário mínimo, a renda média dos responsáveis por domicílio no bairro era de R\$678,00. Já com relação a infraestrutura local, 90,64% dos domicílios contavam com coleta de lixo, 92,83% com abastecimento de água e 5,29% com esgotamento sanitário.

Bruno Latour reflete sobre como os objetos são marginalizados e considera que isto indica que a existência deles é relegada a segundo plano no pensamento social: “como servos humildes, vivem à margem do social, encarregando-se da maior parte do trabalho, e nunca são representados como tais. Parece não haver meio, veículo ou porta de entrada para inseri-los no tecido social formado por outros laços sociais” (Latour, 2012, p. 111). Esse reconhecimento da centralidade dos objetos impulsiona um movimento teórico que adota nova perspectiva, na qual é possível pensar na materialidade e agência das coisas/ objetos/ artefatos, no âmbito da antropologia da arte (Gell, 1998) e nos estudos de cultura material (e visual) na contemporaneidade.

Na Feira de São Joaquim, na Bahia, o artesanato de palha é oriundo de diversas localidades, cidades e estados; um desses de origem é a Ilha de Maré, em Salvador. A minha proposta de um estudo aprofundado sobre a vida social desses artefatos considera

a história dos artefatos desde um de seus locais de fabricação, a observar a coleta do material e a confecção (trabalho), o cotidiano, o convívio/ interação social no lugar, o escoamento/ circulação e a recepção/ consumo dos mesmos em outros contextos, como, por exemplo, a própria Feira de São Joaquim.

A relevância dos não-humanos, nesse caso os objetos, segundo sua designação, alia-se a uma reflexão sobre a agência dos objetos. Materialidade e agência são, portanto, referenciais para as reflexões que pretendo tecer a partir da produção e análise de dados de campo, desdobramento da experiência etnográfica (com observação participante/ trabalho de campo). Olhares recentes lançados sobre a materialidade direcionam análises pautando-as sobre a agência dos objetos, para além das formais e materiais constitutivos. Compreender objetos como entes com a potencialidade de se articular socialmente, produzir relações de ordens diversas (operadas pelas coisas), bem como de influenciar ações, constitui etapa relevante nesse processo de reconhecimento e validação do poder de agência dos objetos. Por outro lado, para ampliar o alcance sobre os fenômenos sociais engendrados pela biografia dos artefatos de palha produzidos na Ilha de Maré, proponho uma conexão entre as “etapas da vida social das coisas” (Appadurai, 2008) à “cadeia operatória” (Coupaye, 2017), de modo a trabalhar com ênfase na produção dos artefatos, no processo técnico, porém considerando todas as etapas por que passam os objetos, toda a cadeia em que operam com seu poder de agência, desde a produção até a fase de recepção/ consumo, e o trânsito/ circulação entre esses extremos.

É necessário, para realizar de modo eficaz essa operação, considerar a polivalência e a flexibilidade do conceito de cadeia operatória, seu caráter social e o seu potencial para reconstituir, a partir de vestígios deixados pelos processos sobre a matéria, sequências de ações, de maneira a estabelecer ligações entre zonas de atividades e a inferir e documentar técnicas e processos que envolvem as pessoas e as coisas. Nesse caso, cadeia operatória não é exatamente o “processo”, mas a transcrição de observações etnográficas e de que cadeia operatória global envolve, além de processos técnicos e momentos pontuais, o próprio processo como um todo, incluída essa transcrição etnográfica; captura do evento único, observado em momento e local específicos.

Sendo nossa meta fazer um recorte biográfico na vida dos artefatos de palha de Ilha de Maré, o suporte teórico de Arjun Appadurai (2008) sobre a vida social das coisas, sobre o processo de circulação, tratamento, exposição e venda da palha, mostra-se relevante. Appadurai afirma que atores humanos codificam as coisas que, em movimento, evidenciam seu contexto humano e social. Nesse movimento em que se encontram as coisas, os “percursos institucionais e espaciais das mercadorias” se complexificam e se intensifica o processo de alienação entre produtores, comerciantes e consumidores. Morphy (2011), “na contramão”, considera que Gell, em um primeiro momento, estipula um plano ou modelo teórico que parcialmente exclui os elementos culturais ou estruturais integrantes de contextos particulares: “a cultura não tem uma existência independente da sua manifestação em interações sociais” (Gell, 1998, p. 4).

Por outro lado, afirma que Gell “[...] apesar de desconsiderar a estética e a semântica como partes da sua teoria geral, aquilo a que a maioria das pessoas se refere como dimensão estética ou semântica dos objetos por vezes se revela central nas suas análises” (Morphy, 2011, s/p.). Anos depois da publicação de *Art and agency*, num artigo publicado em 2001, Gell apresenta um texto no qual confronta principalmente as teorias interpretativa e institucional de interpretação de arte; ele afirma que a mudança que defende refere-se ao abandono da noção estética da obra de arte pela antropologia da arte, que esse é o único procedimento capaz de permitir o tipo de confrontação direta entre os artefatos dos povos não ocidentais e a produção artística “pós-Duchamp”, ou seja, a tradição central da arte contemporânea confrontada (Gell, 2001).

A premissa institucional da arte, surgida para acomodar o fato histórico, de que as obras de arte ocidentais já não têm mais uma "assinatura" estética e podem consistir em objetos inteiramente arbitrários, deveria então ter sua premissa aceita (Gell, 2001, p. 189). A Antropologia da arte, para ele, não é uma mobilização de princípios estéticos no decorrer da interação social, porque a cultura não tem existência independentemente das relações sociais, porém estaria inclinada à reflexão sobre por que motivo as pessoas respondem do modo como respondem a obras de arte em certos contextos.

Para Gell (1998) antropologia da arte deve dialogar com outras teorias antropológicas existentes, considerando a existência de nexos causais envolvidos nas relações entre as ações de agentes sociais que criam e recriam esses nexos causais e que, por esse motivo, não devem ser considerados de ordem simbólica. O objetivo do autor

era criar uma teoria da antropológica que se beneficiasse do diálogo com outras teorias antropológicas, por abordar questões como religião, gênero, parentesco, economia de subsistência e outras questões de interesse antropológico. Teorias estéticas da arte (transculturais e semióticas) são teorias inclinadas à arte ocidental.

Entretanto, uma teoria antropológica deveria focalizar os processos sociais que envolvem e estão envolvidos nesta trama. De acordo com Gell, “a cultura não tem uma existência independente da sua manifestação em interações sociais” (1998, p. 4), na concepção do autor, a avaliação de obras de arte específicas seria tarefa dos críticos de arte, não dos antropólogos necessariamente, ao passo que seria incumbência dos antropólogos seria a de analisar interações sociais, relações sociais, enquanto à antropologia da arte a tarefa seria a de se ocupar “daquelas situações nas quais há um índice de agência, que é, normalmente, algum tipo de artefato” (Ibid., p. 66).

Morphy (2011) afirma que Gell, mesmo que não tenha definido objetos de arte, considera que sejam “mediadores das ações humanas”. Pensa que Gell está certo ao enfatizar o papel de mediação desses objetos, ainda que não seja esta uma característica definidora dos objetos de arte. Sobre os modos de produção artesanal, Lucia Hussak Van Velthem (2010) observa a produção artesanal entre indígenas amazônicos, nota o reverso da tentativa de interpretação de uma obra previamente definida como artística: a autora enfatiza algumas produções indígenas concebidas e executadas sem as premissas ocidentais acerca da (arte) e de sua finalidade, portanto algo “excepcional”, uma grande novidade para um “ocidental”. Arte, neste caso, é modelo de experimentação coletiva de grande complexidade conceitual. Desta perspectiva, coletividade e conceito valem mais do que fenômeno.

Destacam-se, no campo da arte, pinturas corporais, edificações, artefatos de uso cotidiano e ritual, manifestações performáticas e musicais. Segundo Lagrou (2005 apud Van Velthem, 2010), os artefatos e os grafismos materializam redes de interação complexas, condensando laços, ações, emoções, significados e sentidos. Uma divisão entre perecíveis e transportáveis pode ser feita entre os objetos. Abarcadas pela categoria “objetos indígenas” estão entalhes, cestaria, plumária e tecelagem, produção essa apreciada e de circulação pelas cidades grandes, em ruas, feiras e mercados, em lojas e bancas de artesanato ou em museus antropológicos, artigos turísticos e registros rupestres, além de mostradas pelos próprios artesãos.

Em parte, as obras não são criadas para ser contempladas, senão que são funcionais, ou seja, possuem função representativa, além do meramente contemplativo. Os valores e conhecimentos sociais são transmitidos conhecimentos e valores sociais são. Tem relevo a ação: técnicas de confecção nas produções artísticas, na vida indígena, os conhecimentos acerca das matérias primas empregadas, do simbolismo agregado. Uma experiência estética relacionada às cosmovisões dos grupos ocorre. O mecanismo cognitivo é usado como parte do método, o que muito interessa já que faz parte de um universo de estudos ligado cultura material no Brasil (e em geral).

Um objeto sintetiza propriedades que derivam de aspectos espaciais, temporais e sociais, cujo significado se completa através da integração de seus componentes estruturais, conceituais e relacionais. Flexibilidade, funcionalidade e facilidade de renovação distinguem objetos tecidos com materiais vegetais como antiga tecnologia desenvolvida e aplicada por humanos. Existem inúmeras adaptações ecológicas e expressões culturais distintas para a produção artesanal que envolve palha, enquanto material básico (ou matéria-prima) específico, em seus processos. Na cosmovisão ameríndia, é possível notar como o papel da arte é o de “comunicar uma percepção sintética desta simultaneidade das diferentes realidades”, porque para o universo é transformativo, é transfigurativo. É possível que a visão, de modo sub-reptício, modifique-se diante dos olhos. Diversos mundos coexistem (o mundo é composto por camadas diversas); esses diversos mundos são pensados enquanto simultâneos, embora nem sempre perceptíveis (Lagrou, 2007, p.93).

Os recursos metodológicos apresentados são imprescindíveis para a obtenção dos resultados, considerando que este trabalho versa sobre um plano (projeto) em (re) formulação e execução (simultaneamente), conforme vislumbramos, da proposta de etnografia do processo apresentada, mediante acompanhamento de processos sociotécnicos envolvidos na produção dos artefatos de palha que escoam de Ilha de Maré para a Feira de São Joaquim - considerando, desse modo, etapas básicas em suas biografias: produção, circulação, recepção e consumo/consumação. Rastreamos aspectos relacionados à “materialidade” dos artefatos ao abordar (e adentrar) o emaranhado de que fazem parte: modo/ estilo, destreza, “capacidade dos artesãos de materializar de forma concreta e sensível um conjunto de relações sociais difíceis de se ver de outro modo, com elementos humanos e não-humanos” (Coupaye, 2017, p. 489), sejam intangíveis ou tangíveis.

Com isto, perceber e registrar o modo de vida dos artesãos, a partir do que se pretende reconhecer ligações com as transformações socioambientais provocados por empreendimentos impactantes, na região, atentando-se a alterações na saúde da população local e em seu modo de vida tradicional. De tal maneira, a expectativa é organizar ritmicamente sequências dos processos, fatores, variações, modos de participação e cooperação, improvisação, tendências, estilos, alterações, inovações e rupturas na produção dos artefatos de palha, considerando desde a seleção e coleta da matéria-prima, a confecção propriamente, as interações ao longo dessa etapa fabril, e elaborar e formatar documentos que evidenciem isto, de modo gráfico audiovisual e escrito.

Apesar de ser uma extrapolação dos rumos do estudo proposto sobre antropologia da técnica, procuraremos observar os tipos de premissa sobre a vida social que informam os interlocutores na investigação antropológica, porque isto nos interessa, já que uma “continuidade cultural entre os produtos de seu trabalho e o que as pessoas da sociedade estudada produzem em seus relatos sobre elas mesmas” (Rocha; Eckert, 2005, p. 134) é uma hipótese plausível. O objeto, ao se tornar metonímia de um sistema cultural se transforma em documento, torna-se passível de uma hermenêutica ou, para além, passível de um processo interpretativo capaz de remetê-lo a paisagens culturais específicas, seguindo historicidades particulares” (Rocha; Eckert, 2013, p. 130).

CITAÇÕES E REFERÊNCIAS

APPADURAI, Arjun. Introdução: mercadorias e a política de valor. In: A vida social das coisas. As mercadorias sob uma perspectiva cultural. APPADURAI, Arjun (org.). Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense. 2008 [1986].

BECKER, Howard. Problemas de Inferência e Prova na Observação Participante. In: Métodos de pesquisa em Ciências Sociais. Cap. 2 São Paulo: Hucitec, 1994.

COUPAYE, L. Cadeia operatória, transectos e teorias: algumas reflexões e sugestões sobre o percurso de um método clássico. In: SAUTCHUK, Carlos (Org.). Técnica e transformação: perspectivas antropológicas. Rio de Janeiro: ABA Publicações, 2017: 475-494.

INGOLD, Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. In: Horizontes Antropológicos, ano 18, n. 37, p. 25-44. Jan./jun.. Porto Alegre, 2012. *Estar Vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Tradução de Fábio Creder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. – Col. Antropologia.

KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: A vida social das coisas. As mercadorias sob uma perspectiva cultural. APPADURAI, Arjun (org.). Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense. 2008 [1986].

LAGROU, Els. 2009. Desenho e pintura corporal. In: *Arte Indígena no Brasil: agência, alteridade e relação*. Belo Horizonte: C/ Arte. 127p.

_____. Arte ou artefato? Agência e significado nas artes indígenas. *Revista Proa*, nº02, vol.01, p. 1-26. 2010. São Paulo.

LATOUR, Bruno. *Jamais Fomos Modernos: ensaio de sociologia simétrica*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: 34, 1994 [1991]. *A esperança de pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. Bauru, SP: Edusc, 2001.

_____. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*. Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. Salvador: Edufba, 2012.

NOVAES, Sylvia Caiuby. Entre arte e ciência: usos da fotografia pela antropologia. In: Entre ciência e arte: a fotografia na antropologia. Sylvia Caiuby Novaes (org.). São Paulo: Edusp, 2015.

STRATHERN, Marilyn. O efeito etnográfico. In: O efeito etnográfico e outros ensaios. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

VEDANA, Viviane. Fazer a feira: estudo etnográfico das artes de fazer de feirantes e fregueses da Feira livre da Epatur no contexto da paisagem urbana de Porto Alegre. - 181 - Dissertação. (Mestrado em Antropologia Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS. Porto Alegre, 2004.

____ Fazer a feira e ser feirante: a construção cotidiana do trabalho em mercados de rua no contexto urbano. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, vol. 19, n. 39, p. 41 – 68, Jun 2013. Territórios sonoros e ambiências: etnografia sonora e antropologia urbana. Iluminuras, v. 11, n. 25. Porto Alegre, 2010.

____ Diálogos entre imagem visual e imagem sonora: a experiência de escritura do sonoro nos documentários etnográficos. In: Ciberlegenda, n.24, Rio de Janeiro, RJ, 2011.

____ Escutar no Som: gravação e edição de etnografias sonoras a partir de um paradigma ecológico. Revista Ilha, v. 20, n. 1, p. 117-144, jun.. Santa Catarina, 2018.

SOUZA, L. 2020. A vida dos artefatos: arte/artesanato de palha na Feira de São Joaquim, Salvador-Bahia. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal da Bahia.

VELTHEM, L. H. V. Trançados indígenas norte amazônicos: fazer, adornar, usar. Revista de Estudos e Pesquisas (Fundação Nacional do Índio), v. 4, p. 117-146, 2007.

ZAGATTO, Bruna Pastro Zagatto; SOUZA, Luiz Enrique Vieira de. Revista de Antropologia, v.12, n.1. Belém: 2020. Pp. 253-276.